

IV - identificar possíveis divergências de entendimento entre as Procuradorias Federais integrantes do Colégio de Consultoria, promover discussões das questões jurídicas relacionadas e, se for o caso, suscitar consulta ao Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal - DEPCONSU/PGF, na forma da Portaria/PGF nº 424, de 16 de julho de 2013, para uniformização do entendimento;

V - identificar questões jurídicas relevantes comuns às unidades participantes do Colégio de Consultoria, nas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos às autarquias e fundações públicas federais e, se for o caso, suscitar consulta ao DEPCONSU/PGF, na forma da Portaria/PGF nº 424, de 16 de julho de 2013, para uniformização do entendimento;

VI - buscar parcerias com a Escola da Advocacia-Geral da União no Estado, para a realização de seminários e demais eventos de capacitação;

VII - promover eventos e reuniões tendentes à multiplicação de conhecimento entre os Procuradores Federais em exercício nas unidades participantes do Colégio de Consultoria, bem como entre os servidores integrantes das respectivas autarquias e fundações públicas federais;

VIII - sugerir a criação e o aprimoramento de procedimentos e rotinas de trabalho relacionadas às atividades de consultoria e assessoramento jurídicos às autarquias e fundações públicas federais, nos termos da Portaria/PGF nº 526, de 30 de agosto de 2013;

XI - viabilizar, quando se fizer necessária, a colaboração entre as Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais no Estado; e

X - identificar potenciais ou efetivos conflitos e controvérsias entre entes da Administração Pública Federal e entre estes e a Administração Pública dos Estados, Distrito Federal e Municípios que possam ser objeto de conciliação ou arbitramento.

Art. 4º As atividades do Colégio de Consultoria serão dirigidas pelo Coordenador do Colégio de Consultoria.

§ 1º O Coordenador e o Coordenador Substituto do Colégio de Consultoria serão escolhidos, por maioria simples, pelos membros do Colégio de Consultoria e serão designados por ato do Procurador-Regional Federal ou do Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Estado, para exercício das atribuições pelo prazo de dois anos.

§ 2º Nas ausências do Coordenador, este será substituído pelo Coordenador Substituto.

§ 3º São atribuições do Coordenador do Colégio de Consultoria:

I - representar o Colégio de Consultoria;

II - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

III - elaborar a pauta das reuniões;

IV - tomar as providências destinadas ao bom funcionamento dos trabalhos;

V - assinar e despachar os comunicados, expedientes e demais atos do Colégio de Consultoria;

VI - coordenar, com a participação dos membros do Colégio de Consultoria, os seminários a serem realizados, buscando, para tanto, palestrantes e temas a serem tratados nos respectivos eventos, em parceria com a Escola da Advocacia-Geral da União no Estado;

VII - identificar a necessidade de colaborações temporárias entre as Procuradorias Federais integrantes do Colégio de Consultoria;

VIII - monitorar a utilização do Sistema AGU de Inteligência Jurídica - SAPIENS pelas Procuradorias Federais integrantes do Colégio de Consultoria;

IX - realizar a divulgação das ações promovidas pelo Colégio de Consultoria; e

X - comunicar ao respectivo Procurador-Regional Federal ou ao Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Estado as eventuais dificuldades e problemas relacionados ao bom funcionamento do Colégio de Consultoria.

Art. 5º O Procurador-Regional Federal ou o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Estado poderá delegar ao respectivo Coordenador do Colégio de Consultoria a atribuição de estabelecer colaborações temporárias entre as Procuradorias Federais integrantes do Colégio de Consultoria.

Art. 6º As reuniões ordinárias do Colégio de Consultoria deverão ser realizadas com periodicidade mínima mensal.

§ 1º O Coordenador do Colégio de Consultoria poderá convocar reuniões extraordinárias, de ofício ou por solicitação de quaisquer dos seus membros.

§ 2º As deliberações do Colégio de Consultoria serão tomadas pela maioria simples dos seus membros e serão registradas em ata.

§ 3º Todos os custos de deslocamento e diárias para participação dos membros dos Colégios de Consultoria nas reuniões ordinárias ou extraordinárias deverão ser suportados diretamente pelas respectivas autarquias e fundações públicas federais.

§ 4º Os integrantes do Colégio de Consultoria, em suas ausências ou impedimentos legais e regulamentares, serão representados por seus substitutos legais.

Art. 7º O Procurador-Regional Federal ou o Procurador-Chefe da Procuradoria Federal no Estado responderá pela coordenação do Colégio de Consultoria até a formalização da escolha e designação do correspondente Coordenador e do Coordenador Substituto.

Art. 8º O Coordenador do Colégio de Consultoria poderá expedir instruções complementares a esta Portaria, estabelecendo normas operacionais para os serviços afetos ao Colégio de Consultoria.

Art. 9º Compete diretamente ao DEPCONSU/PGF, em relação às Procuradorias Federais junto às autarquias e fundações públicas federais sediadas no Distrito Federal, exercer as atividades necessárias ao atendimento dos objetivos previstos no art. 3º desta Portaria.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS

## CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO OUVIDORIA-GERAL DA UNIÃO

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2014

O OUVIDOR-GERAL DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 116, V, "a", da Lei nº 8.112, de 11 de novembro de 1990; nos arts. 18 a 20 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; nos arts 4º e 9º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; nos arts. 30 e 31 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; nos arts. 16 e 17 do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009; no art. 14 do Anexo I ao Decreto nº 8.109, de 17 de setembro de 2013; bem como no art. 13 do Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014;

Considerando a necessidade de conferir eficácia ao disposto no art. 37, §3º da Constituição Federal de 1988, que assegura aos cidadãos o direito de participar da gestão da Administração Pública;

Considerando a necessidade de reforçar, nas atividades de controle da Administração Pública, o exame da legitimidade, conforme preceitua o art. 70 da Constituição Federal de 1988;

Considerando a necessidade de promover a atuação integrada e sistêmica das Ouvidorias do Poder Executivo federal, com a finalidade de qualificar a prestação de serviços públicos e o atendimento aos cidadãos;

Considerando, ainda, que a Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social (1ª Consocial) aprovou proposta de criação de lei nacional, acolhendo as expectativas apresentadas na quase totalidade dos Estados, no sentido de organizar, fortalecer e efetivar a atuação das ouvidorias brasileiras, resolve:

Art. 1º As ouvidorias públicas do Poder Executivo federal deverão observar as normas estabelecidas nesta Instrução.

Parágrafo único. Considera-se ouvidoria pública federal a instância de controle e participação social responsável pelo tratamento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões e elogios relativos às políticas e aos serviços públicos, prestados sob qualquer forma ou regime, com vistas ao aprimoramento da gestão pública.

Art. 2º A ouvidoria pública federal deverá atuar em conformidade com os princípios, dentre outros, da legalidade, impessoalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, publicidade, contraditório, solução pacífica dos conflitos e prevalência dos direitos humanos, e de acordo com as seguintes diretrizes:

I - agir com presteza e imparcialidade;

II - colaborar com a integração das ouvidorias;

III - zelar pela autonomia das ouvidorias;

IV - consolidar a participação social como método de governo; e

V - contribuir para a efetividade das políticas e dos serviços públicos.

Art. 3º A ouvidoria pública federal deverá, no âmbito do órgão ou entidade a que se vincula:

I - elaborar plano de trabalho anual;

II - monitorar o cumprimento dos prazos e a qualidade das respostas;

III - promover a conciliação e a mediação na resolução de conflitos entre a sociedade e órgãos, entidades ou agentes do Poder Executivo federal;

IV - processar informações obtidas por meio das manifestações recebidas e das pesquisas de satisfação realizadas com a finalidade de subsidiar a avaliação dos serviços prestados, em especial no que se refere ao cumprimento dos compromissos e dos padrões de qualidade de atendimento divulgados na Carta de Serviços ao Cidadão;

V - produzir dados, informações e relatórios sobre as atividades realizadas;

VI - promover articulação, em caráter permanente, com instâncias e mecanismos de participação social, em especial, conselhos e comissões de políticas públicas, conferências nacionais, mesas de diálogo, fóruns, audiências, consultas públicas e ambientes virtuais de participação social.

§ 1º Cada ouvidoria pública federal deverá remeter à Ouvidoria-Geral da União, dados e informações, de acordo com regulamentação específica.

§ 2º Os relatórios produzidos pelas ouvidorias públicas federais deverão ser enviados à Ouvidoria-Geral da União com periodicidade mínima semestral.

§ 3º A Ouvidoria-Geral da União deverá manter:

I - sistema informatizado que permita o recebimento e tratamento das manifestações recebidas pelas ouvidorias do Poder Executivo federal; e

II - sítio eletrônico que promova a interação entre a sociedade e a Administração Pública federal, bem como a divulgação de informações e estatísticas dos serviços prestados pelas ouvidorias públicas federais.

Art. 4º Cada ouvidoria pública federal deverá, no âmbito de suas atribuições, receber, dar tratamento e responder, em linguagem cidadã, as seguintes manifestações:

I - sugestão: proposição de ideia ou formulação de proposta de aprimoramento de políticas e serviços prestados pela Administração Pública federal;

II - elogio: demonstração ou reconhecimento ou satisfação sobre o serviço oferecido ou atendimento recebido;

III - solicitação: requerimento de adoção de providência por parte da Administração;

IV - reclamação: demonstração de insatisfação relativa a serviço público; e

V - denúncia: comunicação de prática de ato ilícito cuja solução dependa da atuação de órgão de controle interno ou externo.

Parágrafo único. Por linguagem cidadã entende-se aquela que, além de simples, clara, concisa e objetiva, considera o contexto sociocultural do interessado, de forma a facilitar a comunicação e o mútuo entendimento.

Art. 5º À sugestão recebida pela ouvidoria será oferecida resposta conclusiva dentro do prazo de 20 (vinte) dias, prorrogáveis, mediante justificativa, por mais 10 (dez).

§ 1º Recebida a sugestão, a ouvidoria deve realizar análise prévia e, se for o caso, encaminhá-la às áreas responsáveis para providências.

§ 2º Será considerada conclusiva a resposta que oferece ao interessado a análise prévia realizada, bem como as medidas requeridas às áreas internas, ou a justificativa no caso de impossibilidade de fazê-lo.

§ 3º Na impossibilidade de oferecimento de resposta conclusiva dentro do prazo estabelecido no caput deste dispositivo, a ouvidoria oferecerá, mensalmente, resposta intermediária, informando o interessado acerca da análise prévia e dos encaminhamentos realizados, bem como das etapas e prazos previstos para o encerramento do processamento da sugestão.

Art. 6º O elogio direcionado a agente público específico deve ser a ele encaminhado, dando-se ciência à área de gestão de pessoas para eventual registro em folha funcional.

Parágrafo único. No caso do elogio, é conclusiva a resposta que contenha informação sobre o recebimento e, se for o caso, o encaminhamento.

Art. 7º À reclamação e à solicitação recebidas pela ouvidoria, desde que descritas de modo a atender padrões mínimos de coerência, será oferecida resposta conclusiva, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, prorrogáveis, mediante justificativa, por mais 10 (dez).

§ 1º No caso da reclamação ou solicitação, entende-se por conclusiva a resposta que encerra o tratamento da manifestação, oferecendo solução de mérito ou informando a impossibilidade de seu prosseguimento.



§ 2º Na impossibilidade de oferecimento de resposta conclusiva dentro do prazo estabelecido no caput, a ouvidoria deverá oferecer, mensalmente, resposta intermediária, informando o interessado acerca dos encaminhamentos realizados e das etapas e prazos previstos para o encerramento da manifestação.

Art. 8º À denúncia recebida pela ouvidoria, desde que contenha elementos mínimos de autoria e materialidade, será oferecida resposta conclusiva no prazo máximo de 20 (vinte) dias, prorrogáveis, mediante justificativa, por mais 10 (dez).

§1º No caso da denúncia, entende-se por conclusiva a resposta que contenha informação sobre encaminhamento aos órgãos competentes de controle interno ou externo e sobre os procedimentos a serem adotados.

§ 2º A denúncia poderá ser encerrada quando:

I - estiver dirigida a órgão manifestamente incompetente para dar-lhe tratamento;

II - não contenha elementos mínimos indispensáveis à sua apuração; ou

III - seu autor descumprir os deveres de expor os fatos conforme a verdade; proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé; não agir de modo temerário; ou prestar as informações que lhe forem solicitadas para o esclarecimento dos fatos.

§ 3º Cada ouvidoria pública federal deverá informar à Ouvidoria-Geral da União a existência de denúncia praticada por agente público no exercício de cargos comissionados do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS a partir do nível 4 ou equivalente.

Art. 9º Caberá representação à Ouvidoria-Geral da União no caso de descumprimento dos prazos e procedimentos previstos nesta Instrução Normativa.

Art. 10 As situações de omissão ou conflito aparente de normas serão tratadas especificamente no âmbito da Ouvidoria Geral da União.

Art. 11. Esta Instrução Normativa entra em vigor 120 (cento e vinte) dias após sua publicação.

JOSÉ EDUARDO ELIAS ROMÃO

**SECRETARIA DE PORTOS  
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES  
AQUAVIÁRIOS  
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E  
COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS  
UNIDADE REGIONAL DE PORTO ALEGRE**

**DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 10,  
DE 9 DE OUTUBRO DE 2014**

Processo nº 50314.001434/2014-75

Empresa penalizada: Supergasbrás Energia Ltda., CNPJ nº 19.791.896/0001-00. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor de R\$ 163.850,00, por cometimento das infrações tipificadas no art. 32, incisos V, XV e XXI, da Norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ.

FÁBIO HENRIQUE CADORE FLORES.  
Chefe

**UNIDADE REGIONAL DE SALVADOR**

**DESPACHO DE JULGAMENTO Nº 26,  
DE 11 DE SETEMBRO DE 2014**

Processo nº 50310.001206/2014-35

Empresa penalizada: Global Ship Service Eireli, CNPJ nº 09.444.141/0001-78. Objeto e Fundamento Legal: Aplicação de penalidade de multa pecuniária no valor de R\$ 6.300,00, por cometimento das infrações tipificadas no art. 21, incisos I e VII, da Norma aprovada pela Resolução nº 2.510-ANTAQ.

ALFEU PEDREIRA LUEDY  
Chefe

**COMPANHIA DOCAS DO PARÁ**

**RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 56,  
DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014**

**O DIRETOR-PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP)**, no uso de suas atribuições legais, resolve: I - homologar o cancelamento do Pregão Eletrônico nº 55/2014, que tem como objeto: contratação de empresa para realizar serviços de recuperação da pavimentação em trechos críticos da via alimentadora do Porto de Vila do Conde, em virtude da necessidade de corrigir o subitem 9.4.2 do Edital; II - determinar a realização de uma nova licitação no mesmo processo, na modalidade Pregão Eletrônico, para a realização dos serviços objeto do Pregão Eletrônico ora cancelado; III - determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

JORGE ERNESTO SANCHEZ RUIZ

**SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL  
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL**

**DECISÕES DE 4 DE NOVEMBRO DE 2014**

**A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC**, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando o deliberado e aprovado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 4 de novembro de 2014, decide:

Nº 143 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária ASA - AVIAÇÃO E SERVIÇOS AEROGRÍCOLAS LTDA. - EPP, CNPJ nº 00.613.146/0001-02, com sede social em Catanduva (SP), a explorar serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola. Processo nº 00058.064376/2012-29.

Nº 144 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária AURORA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 18.650.202/0001-44, com sede social em Diamantino (MT), a explorar serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola. Processo nº 00058.063233/2014-61.

Nº 145 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária BALSAS AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA. - ME, CNPJ nº 08.928.667/0001-60, com sede social em Balsas (MA), a explorar serviço aéreo público especializado na atividade agrícola. Processo nº 00058.017542/2013-89.

Nº 146 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária MAPA - MALEK PULVERIZAÇÕES AÉREAS LTDA. - ME, CNPJ nº 18.844.986/0001-41, com sede social em Cerro Largo (RS), a explorar serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola. Processo nº 00058.049921/2014-19.

Nº 147 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária MULTAERO AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA. - ME, CNPJ nº 19.250.250/0001-08, com sede social em Campo Mourão (PR), a explorar serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola. Processo nº 00058.081670/2014-67.

Nº 148 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária PARDRINHO AERO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 00.219.038/0001-50, com sede social em Balsas (MA), a explorar serviço aéreo público especializado na atividade agrícola. Processo nº 00058.044828/2014-18.

Nº 149 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço aéreo público especializado na atividade aeroagrícola outorgada à sociedade empresária PARDAL AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA. - ME, CNPJ nº 06.911.233/0001-22, com sede social em Quirinópolis (SP). Processo nº 00058.047549/2014-14. Fica revogada a Decisão nº 402, de 1º de dezembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 2 de dezembro de 2009, Seção 1, página 34.

Nº 150 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização operacional para exploração de serviço de transporte aéreo público não regular na modalidade táxi aéreo outorgada à sociedade empresária JUTA JUNGUEIRA TAXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 04.756.482/0001-65, com sede social em Marabá (PA). Processo nº 00058.081542/2014-13. Fica revogada a Decisão nº 3, de 12 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 14 de janeiro de 2010, Seção 1, página 31.

Estas Decisões entram em vigor da data de publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço [www.anac.gov.br/legislacao](http://www.anac.gov.br/legislacao).

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS  
Diretor-Presidente

**SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA  
AEROPORTUÁRIA  
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE  
INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA**

**PORTARIAS DE 5 DE NOVEMBRO DE 2014**

**O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 2304, de 17 de dezembro de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.583 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Vô Anízio (MS) (Código OACI: SNJJ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.136812/2014-41.

Nº 2.584 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda São Marcelo (MT) (Código OACI: SWJF) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.135694/2014-54.

Nº 2.585 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Beatriz (MS) (Código OACI: SWTC) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.130590/2014-53.

Nº 2.586 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Brinquinho (BA) (Código OACI: SDRQ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.129643/2014-93.

Nº 2.587 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Alice (MA) (Código OACI: SDSI) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.137943/2014-46.

Nº 2.588 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Bonanza (SP) (Código OACI: SJEJ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.131685/2014-94.

Nº 2.589 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Jauru (MS) (Código OACI: SSJW) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.131820/2014-00.

Nº 2.590 - Inscrever o aeródromo privado Tasi (MT) (Código OACI: SDTA) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.130283/2014-72.

Nº 2.591 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Agropecuária Equus (MT) (Código OACI: SIZS) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.130306/2014-49.

Nº 2.592 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Morro do Chapéu II (MT) (Código OACI: SIQJ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.130426/2014-46.

Nº 2.593 - Alterar e renovar a inscrição do heliponto privado Uno (SP) (Código OACI: SSMG) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.130054/2014-58.

**O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO**, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, e conforme disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 05 de junho de 2014, resolve:

Nº 2.594 - Homologar o heliponto em plataforma privado FPSO CIDADE DE ILHA BELA (SP) (Código OACI: 9PIT). Esta Portaria será válida até 02 de outubro de 2014. Processo nº 63012.004322/2014-12.

Nº 2.595 - Homologar o heliponto em navio privado RAMFORM VIKING (RJ) (Código OACI: 9PGX). Esta Portaria será válida até 04 de junho de 2017. Processo nº 00065.004322/2014-12.

Estas Portarias entram em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço [www.anac.gov.br/legislacao](http://www.anac.gov.br/legislacao).

**O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 2304, de 17 de dezembro de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.604 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Karajá (GO) (Código OACI: SDMW) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.136117/2014-80.

Nº 2.605 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Vera Cruz (MT) (Código OACI: SIZK) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.135405/2014-17.

Nº 2.606 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Floresta (MT) (Código OACI: SSJQ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.139805/2014-00.

Nº 2.607 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Paredão (MT) (Código OACI: SJPC) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.139710/2014-88.

Nº 2.608 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Cristiani (MT) (Código OACI: SSKC) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.139783/2014-70.

Nº 2.609 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Patropi (PA) (Código OACI: SIFX) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.116631/2014-07.

Nº 2.610 - Inscrever o aeródromo privado Fazenda Planalto das Emas (BA) (Código OACI: SSPT) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.129741/2014-21.

Nº 2.611 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Fly Ville (SC) (Código OACI: SJSH) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.121473/2014-07.